



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
20 DE JANEIRO DE 2015

N.º 02/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva Guedes, José Manuel Moreira Lopes,
Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO	Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Difamação ao Executivo Municipal.....	3
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Responsabilidade Civil – Indeminização – Maria dos Prazeres Pinto.....	6
3 – Responsabilidade Civil – Indeminização – Elizabete Ribeiro.....	7
4 – Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal, ano de 2015.....	7
Tesouraria	
5 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 15 de janeiro de 2015	9
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
6 – Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TU) 2015.....	10
7 – Constituição, Composição e competências da Comissão Municipal de Trânsito.....	11
8 – Venda de lotes para construção de habitação unifamiliar no Loteamento da Azinheira – Alvações do Corgo.....	14
DIVISÃO DA EUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
9 – A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Pedido de Comparticipação Financeira.....	15
10 – Programa Bem Estar Habitacional para Pessoas Carenciadas - Abertura de Candidaturas.....	15
11 – Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius – Atribuição de Apoios.....	17
12 – Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius – Fixar Valores para 2015.....	18



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Difamação ao Executivo Municipal

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O órgão autárquico Câmara Municipal, vulgarmente designado por Executivo Municipal ou simplesmente Executivo, é composto pelos vereadores eleitos em função dos resultados eleitorais alcançados pelas forças partidárias ou por grupos de cidadãos a ele concorrentes. Resultou do último ato eleitoral autárquico realizado no Município de Santa Marta de Santa Marta de Penaguião para o órgão – Câmara Municipal – a seguinte constituição: Presidente da Câmara: Luís Reguengo Machado; Vereadores: Sílvia Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

----- Os eleitos para a Câmara Municipal independentemente de desempenharem funções a tempo inteiro, a meio tempo, a terem ou não pelouros atribuídos, têm naturalmente os mesmos direitos, os mesmos deveres, e são solidariamente responsáveis por todas as decisões deste órgão municipal. Direitos e deveres naturalmente extensivos a todos os autarcas em exercício de funções, independentemente dos órgãos a que pertençam. -----

----- Sem prejuízo da generalidade dos deveres, há um que é inalienável, intransmissível e irrecusável, que é: a defesa da honra e dignidade do órgão municipal a que pertencem. Ninguém se pode negar a exercê-lo, pois se o ousar fazer, renega a sua condição de Presidente ou Vereador e não é digno de a exercer, restando-lhe por isso um honroso pedido de renúncia. -----

----- Exmos: -----

----- É com enorme estupefação que temos vindo a assistir e a verificar que o membro da Assembleia Municipal, o Senhor Adérito Ribeiro Silvério, eleito no último e já referido ato eleitoral autárquico, tem recorrentemente, na sua página do Facebook (registre-se aberta), difamado, denegrido e insultado o Executivo, tal com se pode facilmente constatar na transcrição que se segue: “Boa noite Penaguenses. Venho por este meio informar que o executivo da vergonha não fez o pagamento da energia eléctrica. E por esse motivo o executivo fui Obrigado a fazer o corte de energia numa parte da iluminação do presépio que se encontra em frente da Autarquia. Nem os milhões que receberam à custa do outro executivo (Francisco Ribeiro) chegou para



pagar a iluminação das pipas e do presépio. Aqui vos deixo fotografias tiradas a 02-01-2015, que provam a vergonha deste executivo” -----

----- Para além da gravíssima difamação ao Executivo, esta publicação prima por duas mentiras maldosas, imbuídas de evidente intenção de maltratar e denegrir a imagem de quem tem exemplarmente gerido o município. Para que não persistam dúvidas juntamos em anexo as informações dos Serviços Municipais sobre as duas situações: conta-corrente com a EDP e candidaturas ao ON2, que provam inequivocamente que estamos em dia com o fornecedor EDP e que até à presente data, a Câmara Municipal ainda não recebeu qualquer montante referente às candidaturas em regime de Overbooking no âmbito do ON2. -----

----- Assim: -----

----- Considerando a gravidade do caso e os nefastos e incalculáveis prejuízos que se criam à imagem, à honra e dignidade do órgão municipal – Câmara Municipal -; -----

----- Considerando que agride e atenta contra a honra e dignidade do Presidente da Câmara: Luis Reguengo Machado e dos Vereadores: Sílvia Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Luís Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior; -----

----- Considerando as evidentes dificuldades e prejuízos que cria na afirmação de Santa Marta como um concelho de referência na região do Douro; -----

----- Considerando os obstáculos que pode criar na confiança dos parceiros do Município; -----

----- Considerando, que o autor das infâmias em causa é autarca, membro da Assembleia Municipal Santa Marta de Penaguião, em pleno exercício; -----

----- Considerando ainda, que na qualidade de eleitos e detentores de um mandato confiado pelos penaguienses, não podemos permitir atitudes irresponsáveis e atentatórias da honra e dignidade dos eleitos, sob pena, caso não o façamos, de sermos exatamente iguais a quem se permite atentar contra a honra dos penaguienses; -----

----- E presumindo que os membros deste Executivo são pessoas de bem e se sentem ofendidos, e tal como diz o ditado “quem não se sente não é filho de boa gente”, proponho ao Executivo Municipal que mandate o Presidente da Câmara para junto das instâncias judiciais repor a honra e dignidade deste órgão municipal e dos eleitos em causa, bem como a honra e dignidade de todos os penaguienses que orgulhosamente representamos e servimos.” -----



----- Deliberação: Aprovar, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, os quais apresentaram a seguinte declaração de voto: *“Considerando (...) que a instituição do poder local livre, uma das grandes vitórias de Abril de 1974 e o direito à livre expressão uma das suas maiores conquistas, compete-nos, enquanto eleitos saber ler e respeitar a voz, a vontade e o sentimento do povo, e não cerceá-lo como alguns pretendem ou pretenderiam”* (In Ata n.º 26 de 29 de Outubro de 2013, pág. 11). -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado e os Senhores Vereadores, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva e José Manuel Moreira Lopes, apresentaram a seguinte declaração de voto: *“Ao votarem contra a presente proposta, os Senhores Vereadores do PSD, Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, demonstram que não são merecedores de desempenharem as funções para as quais foram eleitos, pois por submissão partidária e por notória falta de coragem não são capazes de assumir a defesa da sua honra, e a honra e dignidade do órgão municipal para o qual foram eleitos, consequentemente não tiveram a hombridade de defender a honra e dignidade do município de Santa Marta de Penaguião e de todos os penaguienses.* -----

Podemos daqui concluir que os Senhores Vereadores do PSD assumem e aceitam que sejam qualificados, pelo membro da Assembleia Municipal também eleito pelo PSD, como Vereadores da “vergonha”, ao aceitarem de bom grado e pacificamente que este é o “Executivo da Vergonha”, aceitando simultaneamente o rótulo de caloteiros e mentirosos ao não desmentirem as afirmações falsas e caluniosas sobre o fornecedor EDP e o programa ON2. -----

Pelo contrário, o Presidente da Câmara e os Vereadores eleitos pelo PS, não se vão calar, assumindo e lutando, até às últimas consequências, de forma séria, corajosa, firme e orgulhosa a defesa da honra e dignidade do órgão municipal, do município e dos penaguienses.” -----



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

Responsabilidade Civil – Indeminização – Maria dos Prazeres Pinto

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A Senhora Maria Prazeres Pinto, veio via mail, solicitar a assunção de responsabilidade, por parte do Município, com vista ao pagamento de uma indemnização no valor de 107,00€ (cento e sete euros) pelos danos sofridos na sua viatura marca Peugeot com a matrícula 65-38-QP, mais concretamente o rebentamento de um pneu, que ocorreu no dia 18 de Outubro de 2014, quando circulava na estrada de Soutelo em direção a Fontes, viu-se forçada a desviar de uma tampa de saneamento a qual tinha aliada um buraco.-----

----- Verificada a situação pelo Fiscal de Obras, o mesmo informou que no local efetivamente existia um buraco no pavimento, verificando também que supostamente a reclamante, ao desviar-se do mesmo foi embater na rampa de cimento de acesso à habitação do Senhor José Paulo Teixeira Martins Ventura, que se encontra ligeiramente sobre a berma da estrada. -----

----- O sinistro não foi participado à Seguradora uma vez que, considerando que no âmbito da apólice de responsabilidade civil geral n.º 008410129449, do contrato de seguro celebrado com a Axa Portugal, Companhia de Seguros, S.A., os danos não são passíveis de indemnização pela companhia seguradora, em virtude da mesma estar sujeita a uma franquia contratual, por sinistro, de 10%, com o valor mínimo de 250€, valor que é superior ao reclamado pela requerente, pelo que, sugere-se que o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de deliberar proceder ao pagamento da indemnização pelos danos sofridos na citada viatura, ou seja o pagamento de um pneu, no valor de 53,50€ (cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos) uma vez que decorre responsabilidade extracontratual do Município, da assunção do pagamento da referida indemnização.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder ao pagamento da indemnização no valor de 53.50€ (cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos).** -----



Responsabilidade Civil – Indeminização – Elisabete Ribeiro

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “No passado dia 12 de Dezembro de 2014, quando o funcionário desta Câmara Municipal Valdemar Borges, em serviço no Lugar de Fornelos, efetuava a marcha atrás com a viatura marca Isuzu, matrícula 33-EC-32, tocou na porta e espelho da viatura marca Suzuki, matrícula 39-71-ZF pertencente à Senhora Elisabete Ribeiro. -----

----- A Senhora Elisabete Ribeiro, apresentou o orçamento para reparação dos danos sofridos na referida viatura, realizado pela Oficina de Reparação de Automóveis de Manuel Miranda Santos, no valor total de 172,20 €. -----

----- O sinistro não foi participado à Seguradora uma vez que, considerando que do contrato de seguro celebrado com a Axa Portugal, Companhia de Seguros, S.A., os danos não são passíveis de indemnização pela companhia seguradora, em virtude da mesma estar sujeita a uma franquia contratual, por sinistro, de 10%, com o valor mínimo de 250€, valor que é superior ao reclamado pela requerente, pelo que, sugere-se que o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de deliberar proceder ao pagamento da indemnização pelos danos sofridos na citada viatura, ou seja o pagamento do valor de 172,20€ (cento e setenta e dois euros e vinte cêntimos) uma vez que decorre responsabilidade extracontratual do Município, da assunção do pagamento da referida indemnização.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder ao pagamento da indemnização no valor de 172,20€ (cento e setenta e dois euros e vinte cêntimos).** -----

Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal, Ano de 2015

----- 4 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em funções Públicas (LTFP), conjugado, no presente ano, com o



disposto no artigo 38.º da Lei n.º 83-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (LOE 2015), compete ao Órgão Executivo, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e ulteriores alterações, decidir sobre o montante máximo dos encargos orçamentados com os trabalhadores, no prazo de 15 dias após o início de execução do orçamento do corrente ano. -----

----- De acordo com a parte final do n.º 2 do artigo 31.º da LTFP, a decisão pode recair pela afetação integral das verbas orçamentais correspondentes a apenas um dos tipos de encargos com os trabalhadores e deverá ter em conta que, em cumprimento do n.º 4 e seguintes da mesma disposição legal, a decisão a tomar poderá ser alterada ao longo da execução orçamental com a observância das seguintes regras: -----

----- a) Quando não seja utilizada a totalidade das verbas orçamentais destinadas a suportar o tipo de encargos relativos aos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal aprovado e para os quais se preveja o recrutamento e aos relativos com as alterações de posicionamento remuneratório, a parte remanescente acresce às destinadas a suportar os encargos com prémios de desempenho. -----

----- b) No decurso da execução orçamental, os montantes orçamentados para postos de trabalho a recrutar, com alterações de posicionamento remuneratório e com prémios de desempenho não podem ser utilizados para suprir eventuais insuficiências orçamentais no âmbito das restantes despesas com pessoal. -----

----- c) Em caso de desocupação permanente de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e anteriormente ocupados, podem as correspondentes verbas orçamentais acrescer ao montante previsto para os encargos com o recrutamento de trabalhadores. -----

Em conformidade com o atrás mencionado e o orçamento aprovado pela Câmara Municipal em 30 de outubro e pela Assembleia Municipal em 28 de novembro, ambos de 2014, proponho que a Câmara Municipal delibere sobre: -----

----- 1 - O montante máximo dos encargos relativos a remunerações (valor constante no orçamento aprovado para o ano de 2015): -----

----- Pessoal dos Quadros/Regime contrato individual trabalho/Pessoal em funções - 853.000,00€; -----

----- Pessoal contratado a termo/Pessoal em funções - 68.800,00€; -----

----- 2 – O montante máximo dos encargos relativos aos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal aprovado e para os quais se preveja o recrutamento (valor constante no orçamento aprovado para o ano de 2015): -----

----- Pessoal dos Quadros/Regime contrato individual trabalho/Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho - 67.500,00€; -----

----- Pessoal contratado a termo/Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho - 45.900,00€; -----

----- Tendo em conta a proibição de valorizações remuneratórias prevista no artigo 38.º da LOE 2015, não foram orçamentados para o corrente ano, os montantes relativos aos encargos com alterações de posicionamento remuneratório e atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções no Município de Santa Marta de Penaguião.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta apresentada.** -----

Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa até 15 de janeiro de 2015

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 15 de janeiro de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	15/01/2015
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		629.543,26	Despesas Orçamentais (*)		69.617,65
Execução orçamental	603.477,80		Correntes	53.110,75	
Operações de tesouraria	26.065,46		Capital	16.506,90	
			(*) Compromissos	7.753.618,13	
Receitas Orçamentais		391.413,77	Operações de tesouraria		0,00
Correntes	358.769,77		Saldo para o dia seguinte:		951.362,46
Capital	32.644,00		Execução orçamental	925.273,92	
Operações de tesouraria		23,08	Operações de tesouraria	26.088,54	
Total		1.020.980,11	Total		1.020.980,11

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TU) 2015

----- 6 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “O Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) publicado em Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, refere no seu artigo 116º que a emissão de licenças e admissão de comunicação prévia de operações de loteamentos e obras de edificação, estão sujeitas ao pagamento de uma taxa, tendo em conta o plano plurianual de investimentos na execução, manutenção e reforço das infra-estruturas gerais que pode ser definido por áreas diferenciadas (alínea a), do n.º 5). -----

----- Decorre da leitura da definição da alínea h), do artigo 2º, do RJUE que as infra-estruturas são obras de criação e remodelação destinadas a servir directamente os espaços urbanos ou as edificações, como arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações e ainda espaços verdes e de utilização colectiva. ---

----- Em conformidade com o exposto, as fórmulas mencionadas nos números 2 e 3, do artigo 149º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), não podem ser aplicadas sem nova definição do “In” – Coeficiente que traduz a influência do programa plurianual. -----

----- A taxa é distinguida por áreas geográficas, nomeadamente freguesia e lugares correspondentes às extintas freguesias. De referir que a fórmula tem em conta outro coeficiente em função da hierarquia urbana em conformidade com o Plano Director Municipal (revisão publicada através de Aviso n.º 779/2011 de 7 de Janeiro) em vigor. A distribuição do Investimento em Infraestruturas para 2015 e cálculos para obtenção do valor “In” é apresentado em anexo. -----

----- Propõe-se que este ano a tabela referida nos pontos 2 e 3, do artigo 149º do RMUE, seja a seguinte: -----



Freguesia/ Lugares	ln
Alvações do Corgo	0,15
Cumeeira	0,10
Fontes	0,07
Fornelos	0,06
Louredo	0,11
Medrões	0,09
Sanhoane	0,09
São João de Lobrigos	0,09
São Miguel de Lobrigos	0,11
Sever	0,12

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços e proceder à respetiva publicitação nos termos da legislação em vigor. –

Constituição, Composição e Competências da Comissão Municipal de Trânsito

----- 7 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “Constituem atribuições dos municípios, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações. -----

----- Por outro lado, os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos equipamentos rurais e urbanos e dos transportes e comunicações, de acordo com o disposto nas alíneas a) e c) do n.º 2 da supracitada disposição legal. -----

----- Ao abrigo das alíneas ee) e rr) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, à Câmara Municipal compete deliberar sobre a criação, construção e gestão da rede viária de âmbito municipal e sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos, respectivamente. -----



----- Ora, os assuntos de trânsito são de capital importância para a qualidade de vida dos residentes neste concelho e dos agentes económicos, bem como dos visitantes que nos procuram, não podendo, por isso, o Município ficar indiferente a estas questões. -----


----- Tendo em conta que a reformulação de ordenamento e gestão de trânsito deve ter a colaboração e o envolvimento directo de várias entidades representativas dos interesses dos cidadãos, para que os assuntos com eles relacionados possam ser apreciados, discutidos e decididos da forma mais participada possível. -----

----- Considerando que numa matéria tão sensível, e até muitas vezes técnica, mostra-se necessário e adequado constituir uma Comissão Municipal de Trânsito, onde os representantes da comunidade local e os técnicos competentes, possam discutir e emitir parecer sobre o modo de utilização da via pública e para propor soluções eficientes e eficazes para a resolução de diversos problemas de trânsito detectados no concelho. -----

----- Assim, proponho ao Executivo Municipal que delibere: -----

----- 1 – Aprovar a constituição de uma Comissão Municipal de Trânsito, para a exercer as funções de órgão consultivo da Câmara Municipal, em matéria de trânsito, com a seguinte composição: -----

- a) O Presidente da Câmara Municipal; -----
- b) O Vereador do Pelouro; -----
- c) O Chefe da Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana ou, no caso de impedimento, quem dessa unidade orgânica for superiormente designado para o efeito; -----
- d) Um representante da Guarda Nacional Republicana; -----
- e) O Comandante ou o seu adjunto da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes; -----
- f) O Comandante ou o seu adjunto da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião; -----
- g) Um representante dos Transportes Públicos de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros (Táxis) sediados na Vila de Santa Marta de Penaguião;
- h) Um representante da Escola de Condução sediada no concelho; -----
- i) Um representante da Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio; -----



2 – A Comissão Municipal de Trânsito reunirá a convocação do Presidente da Câmara, com a antecedência mínima de 10 dias úteis, constando da respectiva convocatória o dia, hora e local da reunião, bem como os assuntos da ordem do dia, competindo-lhe, designadamente: -----

- a) Diagnosticar e encontrar solução para os diversos problemas relacionados com o trânsito no concelho; -----
- b) Sugerir a tomada de medidas e a implementação de alterações julgadas por convenientes para assegurar a boa circulação de pessoas e bens no concelho; -----
- c) Apreciar pedidos de sinalização e apresentar projectos de instalação e substituição de sinalização vertical e horizontal; -----
- d) Apresentar estudos sobre alterações de sentido de trânsito; -----
- e) Emitir pareceres sobre requerimentos e processos relativos a circulação e estacionamento; -----
- f) Emitir pareceres sobre a atribuição de parques de estacionamento privativos; -----
- g) Propor ao avaliar a atribuição de espaços de estacionamento reservados a pessoas de mobilidade condicionada ou portadoras de deficiência; -----
- h) Propor a marcação de parques de estacionamento; -----
- i) Emitir pareceres sobre outros assuntos de trânsito que lhe sejam solicitados pela Câmara Municipal. -----

3 – Das reuniões da Comissão Municipal de Trânsito deverá ser lavrada acta, por um trabalhador municipal, servindo de secretário, designado para o efeito pelo Senhor Presidente da Câmara, na qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto, a qual poderá ser aprovada no final da respectiva reunião ou no início da seguinte ou, ainda, em minuta no final da reunião, a qual deverá ser assinada por todos os membros que nela tomaram parte. -----

4 – A Comissão Municipal de Trânsito deverá elaborar e aprovar documento no qual constem as normas disciplinadoras do seu funcionamento e actuação." -----

---- **Deliberação: Aprovar, por maioria, a constituição, composição e competências da Comissão Municipal de Trânsito, com a abstenção dos Senhores Vereadores do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto**



Prior, apresentaram a seguinte declaração de voto: *“Lamentamos a ausência da representação da oposição nesta comissão”*. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado e os Senhores Vereadores, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva e José Manuel Moreira Lopes, apresentaram a seguinte declaração de voto: *“À semelhança das anteriores comissões de trânsito respeita-se a constituição inicial, sendo que o poder político eleito está naturalmente representado pelo Presidente da Câmara e pelo Vereador eleito do pelouro pelo que entendemos ser uma inerência.”* -----

Venda de Lotes para Construção de Habitação Unifamiliar no Loteamento da Azinheira – Alvações do Corgo


----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Através dos editais nº 25/2004 e 3/2005, foi aberto concurso público para venda de lotes para construção de habitação unifamiliar no Loteamento Municipal da Azinheira – Alvações do Corgo, de acordo com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal nas reuniões de 16 de Agosto de 2004 e 7 de Fevereiro de 2005, respetivamente. A Câmara Municipal, deliberou ainda, nos termos do artigo 9º do **“Regulamento para Venda de Lotes para a Construção de Habitação Unifamiliar, no Loteamento Municipal da Azinheira – Alvações do Corgo”** fixar o preço de 25,00€ por metro quadrado. -----

----- Desses concursos resultou a venda de 7 lotes. -----

----- Considerando que o Loteamento foi objeto de alteração, ou seja, foram eliminados os lotes de 1 a 3 e consequentemente o aumento da área dos lotes 4 e 5 (conforme quadro anexo), o qual se encontra em audiência dos titulares dos lotes já adquiridos. -----

N.º do Lote	Área do Lote	Área de Construção	Área de Implantação	N.º de Pisos	Destino dos Lotes
4	857m2	260m2	130m2	Cave + R/Chão	Habitação Unifamiliar
5	830m2	260m2	130m2	Cave + R/Chão	Habitação Unifamiliar



----- Uma vez que há pessoas que manifestaram a intenção na aquisição dos lotes, sugere-se que Câmara Municipal, nos termos dos artigos 9º e 13º do referido Regulamento, delibere no sentido de fixar o preço de venda por metro quadrado e a abertura de novo concurso público, respetivamente." -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso público para venda dos lotes do Loteamento Municipal da Azinheira – Alvações do Corgo, em conformidade com o disposto no “Regulamento para Venda de Lotes para a Construção de Habitação Unifamiliar, no Loteamento Municipal da Azinheira – Alvações do Corgo” e fixar em 25,00€ (vinte e cinco euros) o valor do m2. -----

DIVISÃO DA EUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 9 – Presente à reunião ofício da A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, registado sob o n.º 2173 de 11 de dezembro, dando conhecimento do evento “Noite de Fados” organizado pelas 5 IPSS’S do Concelho. Nesta conformidade, solicitam à Câmara Municipal uma comparticipação financeira. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 100,00 (cem euros). -----



**Programa Bem-Estar Habitacional para Pessoas
Carenciadas - Abertura de Candidaturas**

----- 10 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A melhoria habitacional dos agregados familiares carenciados a residir no concelho e que vivem em condições de habitabilidade desfavoráveis, tem sido uma preocupação efetiva do Município de Santa Marta, quer através da comparticipação financeira na execução de obras de reparação ou recuperação de casas degradadas, quer através da construção e recuperação de novos fogos de habitação social. -----

----- Atentos às necessidades dos munícipes e potenciando os recursos existentes, o município tem em curso a recuperação e adaptação de mais uma das antigas escolas primárias, nomeadamente a de Concieiro, que entretanto deixou de ter a utilidade para a qual foi projetada, com vista a poder ser adaptada para acolher três agregados familiares e assim, proporcionar-lhe melhores condições de habitabilidade e conforto. -----

----- Tendo em conta um justo procedimento de avaliação e atribuição dos novos fogos de habitação social, bem como, o fato de a esmagadora maioria dos pedidos de habitação social existentes no município se encontrarem muito desatualizados, propõe-se que: -----

----- Sejam abertas candidaturas durante o período de 30 dias, procedendo para tal à publicação de edital e de outras formas de publicitação, tidas por convenientes; -----

----- Seja dada, em igualdade de situação pontual, prioridade aos agregados familiares residentes na freguesia de Sever, tendo em conta a localização do edifício em questão.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à abertura de candidaturas para a atribuição de habitações Social, de acordo com a informação dos Serviços.** -----

Os Senhores Vereadores do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, apresentaram uma declaração de voto: “Os vereadores do PPD/PSD votam favoravelmente este ponto por se tratar de uma medida constante, de forma detalhada e prioritária, do seu programa eleitoral.” -----



**Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius –
Atribuição de Apoios**

----- 11 – Presente à reunião informação dos Serviços da Ação Social, com o seguinte teor: -----

----- “O Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 166 – 29 de Agosto de 2014, tem por base uma política social de investimento cujo objectivo é contribuir para erradicar a pobreza e a exclusão social e promover a solidariedade, a justiça e a coesão social. -----

Podem beneficiar deste programa, idosos, pensionistas e doentes crónicos com comprovada carência económica, cujo rendimento *per capita* não seja superior a 80% do valor do Indexante de Apoios Sociais. -----

----- Tendo em conta o processo de análise dos requerimentos submetidos ao Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius no ano de 2014 e após analisadas as candidaturas apresentadas, gostaria de destacar que todos os processos se encontram completos. -----

----- No que respeita aos rendimentos declarados pelos cinco requerentes, comunica-se que todos os requerentes reúnem os requisitos para beneficiarem do apoio supracitado. -----

----- Assim propõe-se a atribuição do apoio de acordo com a tabela que se segue.” -----

Requerentes que reúnem os requisitos		
Nome	Morada	Valor a atribuir
Maria Olinda Felícia	Cumieira	48,28 €
Edgar Osório Ferreira	Medrões	31.82 €
Maria Luísa Araújo	St.ª Marta de Penaguião	42.60 €
António Augusto Felícia	Cumieira	48,90 €

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, proceder à atribuição dos apoios, de acordo com a informação dos Serviços. -----

Os Senhores Vereadores do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, apresentaram uma declaração de voto: “Os vereadores do PPD/PSD votam favoravelmente este ponto por se tratar da execução de uma medida constante, de forma detalhada e prioritária, do seu programa eleitoral.” -----



**Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius – Fixar
Valores para 2015**

----- 12 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 166 – 29 de Agosto de 2014, tem como objectivo apoiar a aquisição de medicação com receita médica do Serviço Nacional de Saúde a pessoas com doenças crónicas em situação de carência económica e cuja qualidade de vida depende da necessidade generalizada da utilização de medicamentos. -----

----- Num contexto de difícil crise sócio económica, cujas consequências atingem as famílias mais vulneráveis, a atribuição do apoio no âmbito do Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius – PAMS tem como objectivo fundamental atenuar as dificuldades e necessidades das famílias. -----

----- Considerando que ao abrigo do artigo 8º do Regulamento Municipal, é fixado um valor na comparticipação de medicamentos por deliberação da Câmara Municipal, no mês de Janeiro de cada ano, propõe-se que o Executivo Municipal fixe o valor para 2015.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, fixar o valor anual da comparticipação de medicamento em 150,00€ (cento e cinquenta euros).** -----

Os Senhores Vereadores do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, apresentaram uma declaração de voto: “Os vereadores do PPD/PSD votam favoravelmente este ponto por se tratar da execução de uma medida constante, de forma detalhada e prioritária, do seu programa eleitoral.” -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 2 de 20 de janeiro de 2015

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:25 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)